

A INFLAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE EM 2015

Aluísio Alberto Dantas
Professor de Economia do UNI-RN e da UFRN.
11/03/2016

A inflação do Rio Grande do Norte vem apresentando variações crescentes e comportamentos transitórios de suas variáveis e características, cujo debate envolve inúmeros elementos que estão presentes em argumentos e explicações de suas causas e de seus maléficos efeitos. O aumento dos preços dos bens e serviços sempre foi uma grande preocupação de política econômica, considerando a sua magnitude e respectivos efeitos nocivos à estabilidade das relações sociais de produção e de distribuição de bens e serviços.

Tomando-se por base amostral o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN), a inflação de Natal atingiu o índice de 10,05% no ano de 2015. Esse indicador sinaliza que o ano de 2015 apresentou a “segunda maior taxa de inflação desde a estabilização do real, em 1996, ... O recorde foi registrado em 2002, quando o IPC de Natal chegou a 12,74%” (Tribuna do Norte, 17/1/2016).²

É importante ressaltar que, aparentemente, existe compatibilidade entre a inflação do Rio Grande do Norte e a inflação nacional, no ano de 2015, considerando que a inflação do Estado, expressa pelo IPC de Natal, registrou o índice anual de 10,05%; e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador oficial de medição da inflação do Brasil, fechou 2015 em 10,67%, conforme consta de publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, do dia 8/1/2016.

É preocupante a realidade atual da economia do Brasil e do Rio Grande do Norte, em função dos elevados desequilíbrios estruturais e conjunturais da

economia e das relações sociais de produção e de distribuição de bens e serviços. Esses desequilíbrios são marcantes e expressos nos relatórios estatísticos, cujos dados indicam que a inflação não é de demanda, conforme sinaliza o Governo com a adoção de medidas de retração do consumo, através da elevação de impostos e dos juros.

A análise da conjuntura aponta a retração de demanda no Estado, considerando as estatísticas de emprego, salários e vendas do varejo. O mercado de trabalho fechou 12 mil vagas no Rio Grande do Norte, no ano de 2015, cujo emprego formal apresentou saldo negativo de 12.298 trabalhadores: 170.347 admissões e 182.645 pessoas desligadas do emprego. Esse quadro de saldo negativo não ocorria há 12 anos e cuja queda nas demissões foi puxada pela recessão da construção civil, da indústria de transformação e do comércio. Além da redução no número de empregos formais, o ano de 2015 também apresentou retração nos rendimentos dos trabalhadores. No Brasil, os salários médios de admissão tiveram uma queda real de 1,64%, passando de R\$ 1.291,86, em 2014, para R\$ 1.270,74 em 2015. No Rio Grande do Norte, a renda média de R\$ 1.015,82, em 2014, caiu para R\$ 976,67, em 2015, o que representa uma retração de 3,85%, tomando como referência o INPC/IBGE de 2015.4

Conclui-se, portanto, que a crise econômica registrada no ano de 2015 foi de retração da produção, do emprego, da renda e da demanda agregada de bens e serviços. A redução do consumo é comprovada pela queda real das vendas do comércio varejista: as vendas dos supermercados registraram queda real de 1,9% em 2015, na comparação com o volume de vendas de 2015.5 É uma situação em que as relações sociais são precarizadas pela diminuição do poder aquisitivo e crescimento da pobreza, da exclusão e da injustiça social.

REFERÊNCIAS

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. Disponível em: <www.abras.com.br> Acesso: 28 jan. 2016.

CAGED. Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso: 10 jan. 2016

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso: 08 jan. 2016.

TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <www.tribunadonorte.com.br> Acesso: 17 jan. 2016.